



Trabalho, Educação e Saúde

Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica

Negationism of the COVID-19 and popular health education: to beyond the necropolitics

Negacionismo de la Covid-19 y educación popular en salud: más allá de la necropolítica

Ana Paula Massadar Morel¹

Resumo

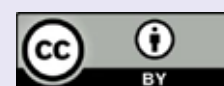
As expressões do negacionismo da pandemia da Covid-19 recorrentes no Brasil estão relacionadas ao crescimento da extrema-direita e produzem o aumento da necropolítica. Percebemos uma ‘crise de interpretação’ que aponta a ‘ignorância’ como causa única da popularização do negacionismo. Buscaremos problematizar tal fenômeno, indo além dessa interpretação comum. Ancorado em uma ausência de mundo compartilhado, o negacionismo cresce com o ‘déficit de prática comum’. É preciso, entretanto, diferenciar as posições envolvidas: há aqueles que negam visando ao lucro, baseado em um desejo de morte e extermínio, e os que entram em negação por conta de uma realidade tão dura de que são vítimas. Diante disso, as ações educativas que têm por referência a educação popular em saúde são estratégias importantes para se enfrentar tal fenômeno, mobilizando as noções freirianas de diálogo e conflito. Essas ações permitem não ‘desconstruir’ os cuidados em saúde, mas ‘acrescentam realidade’ a eles, trazendo a importância de se considerarem as condições de vida das classes populares. Por fim, compreendendo o vínculo indissociável entre educação popular e movimentos sociais, apresentamos como movimentos de favela têm enfrentado o negacionismo em defesa da vida.

Palavras-chave negacionismo; pandemia da Covid-19; educação popular em saúde; movimentos de favela.

ENSAIO

DOI: 10.1590/1981-7746-sol00315

¹ Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento, Rio de Janeiro, Brasil.
anamorel@id.uff.br



Abstract

The recurring expressions of Covid-19 negationism in Brazil are connected to the growth of the extreme right and produces a significant expansion of necropolitics. We realized a “crisis of interpretation” according to which “ignorance” is responsible for the spread of negationism. We sought to go beyond this interpretation, as we problematize the phenomenon in its complexity. Anchored in an absence of a shared world, negationism grows out of the “deficit in common practices”. However, it is necessary to differentiate the positions involved: there are those who deny seeking profit, from a desire for death and extermination, and those who enter into denial because of such a harsh reality of which they are victims. In view of this, education actions that have popular health education as a reference are important strategies to face this phenomenon, mobilizing the freirian notions of dialogue and conflict. These actions allow not to “deconstruct” health care, but “add reality” to them, bringing the importance of considering the living conditions of the popular classes. Finally, understanding the inseparable link between popular education and social movements, we present how favela movements have faced negationism in defense of life.

Keywords negationism; Covid-19 pandemic; popular health education; favela movements.

Resumen

Las expresiones del negacionismo de la pandemia de la Covid-19 en Brasil están relacionadas con el crecimiento de la extrema derecha y producen el aumento de la necropolítica. Percibimos una “crisis de interpretación” que apunta a la “ignorancia” como la única causa de la popularización del negacionismo. Trataremos de problematizar este fenómeno, más allá de esta interpretación común. Anclado en ausencia de un mundo compartido, el negacionismo crece con el “déficit de práctica común”. Sin embargo, es necesario diferenciar las posiciones en cuestión: hay quienes niegan con el objetivo de obtener lucro, basados en un deseo de muerte y exterminio, y los que entran en negación debido a una realidad tan dura de que son víctimas. Por lo tanto, las acciones educativas que tienen como referencia a la educación popular en salud son estrategias importantes para hacer frente a este fenómeno, movilizándolo los conceptos freirianos de diálogo y de conflicto. Estas acciones permiten no “deconstruir” los cuidados en salud, sino “añadirles realidad”, aportando la importancia de considerar las condiciones de vida de las clases populares. Por último, entendiendo el vínculo inseparable entre educación popular y movimientos sociales, presentamos cómo los movimientos de las favelas han enfrentado el negacionismo en defensa de la vida.

Palabras clave negacionismo; pandemia de la Covid-19; educación popular en salud; movimientos de las favelas.

Introdução

Notícias falsas afirmam que o colapso funerário de Manaus (AM) não ocorreu.¹ Cientistas que pesquisam os efeitos da cloroquina sofrem ataques.² Declarações do presidente da República minimizam a gravidade da Covid-19.³ Essas são algumas das recorrentes expressões do negacionismo da pandemia no Brasil hoje que se articulam com outros movimentos negacionistas que vêm ganhando força nos últimos anos. Há o negacionismo científico, que tem como principais expoentes atualmente o movimento antivacina e o terraplanismo. Há o negacionismo climático, ancorado na negação do colapso ecológico em curso. Observamos também um crescente negacionismo histórico, baseado na negação de acontecimentos históricos amplamente conhecidos, como a ditadura militar no Brasil e o holocausto. Poderíamos acrescentar ainda outro negacionismo bastante presente na realidade brasileira, até mesmo constituinte do projeto de Estado-Nação no Brasil: o negacionismo do racismo, ancorado no mito da democracia racial.

Os negacionismos são diversos e heterogêneos, formando um fenômeno complexo. Ainda assim, eles se articulam. O negacionismo do racismo, por exemplo, está articulado ao negacionismo histórico nos movimentos recentes de negacionismo da escravidão brasileira. O negacionismo da pandemia, por

sua vez, está articulado ao negacionismo científico: quem nega a gravidade da Covid-19 parte, muitas vezes, da negação dos discursos científicos. Sem perder de vista as especificidades do negacionismo da pandemia no Brasil, é importante situá-lo também dentro de um movimento mais amplo.

O termo negacionismo tal como o entendemos hoje começou a ser utilizado pelo historiador francês Henry Rousso (1990) ao se referir àqueles que negavam o holocausto promovido pela Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial. Era preciso distinguir o trabalho corriqueiro do historiador – o questionamento permanente das interpretações históricas – da negação de fatos estabelecidos, partindo de métodos escusos como a falsificação, o ataque, o descrédito do testemunho de sobreviventes etc. O negacionismo não poderia ser chamado, então, de ‘revisão histórica’, como reivindicavam aqueles empenhados em negar crimes hediondos contra minorias, pois não se tratava de revisar e debater em razão de controvérsias, mas sim produzir confusão intencional e silenciamento.

Uma parte considerável dos negacionismos surgiu financiada por grandes corporações. Os primeiros ‘negacionistas profissionais’ do clima receberam financiamento das indústrias de combustíveis fósseis. Eles copiavam estratégias escusas usadas pela indústria do tabaco para negar os estudos científicos que comprovavam os malefícios do cigarro (Oreskes e Conway, 2011). Tais ações foram deliberadamente orquestradas com o objetivo de garantir seus lucros. E os altos financiamentos marcam o desenvolvimento dos negacionismos até os dias de hoje, como vemos na custosa máquina de *fake news* que foi fundamental nas últimas eleições presidenciais e tem tido um papel relevante para a difusão de teorias negacionistas no Brasil e nos Estados Unidos.

Podemos dizer que os negacionismos despontaram nos anos 1980, com as novas direitas dos Estados Unidos e da Inglaterra. Estruturaram-se sobretudo após a Guerra Fria e se consolidaram no século XXI, sem dúvida potencializados pelo advento das novas tecnologias de comunicação. Ernesto Perini (2019) faz um desenho das narrativas negacionistas no mundo hoje, apontando para como as novas formas de circulação da informação passaram a influenciar a formação de crenças das pessoas. O autor argumenta sobre a ambiguidade dessas novas formas: por um lado, há uma parcial democratização do acesso à informação, já que grande parte da população pode acessar e produzir conteúdo por meio da internet e das redes sociais; por outro lado, há uma desregulação que faz com que uma pessoa possa defender qualquer ideia estapafúrdia e disseminar *fake news*, ganhando considerável repercussão por se apoiar justamente na reprodução de valores conservadores.

No caso da pandemia em curso, alguns dos argumentos diziam que caixões funerários estavam sendo enterrados vazios, ou que o número de casos divulgados pelas secretarias estaduais de saúde estava fraudado, pois os hospitais estariam vazios e as entidades de saúde fariam laudos falsos sobre os óbitos por Covid-19. Seguindo o caminho comum de outros negacionismos apontado por Perini, os negacionistas da pandemia passaram a desqualificar e agredir os cientistas e o discurso científico, sem necessariamente argumentar de fato sobre a dúvida gerada. Logo apresentaram uma narrativa que se encaixava em valores compartilhados por determinados grupos, em sua maioria conservadores. Assim se tornaram comuns as narrativas que defendem a ideia de que os leitos de hospitais vazios, os laudos falsos e os caixões enterrados sem ninguém fariam parte de uma conspiração política para destruir governos de extrema-direita.

Por mais que não tenhamos espaço para aprofundar todos os múltiplos atores que influenciam a difusão dessas teorias negacionistas da pandemia, não podemos deixar de apontar questões conjunturais fundamentais para tal difusão: as posições do presidente e de diversos porta-vozes do governo federal, que desde o início da pandemia buscam minimizar sua gravidade; as pressões de diferentes setores econômicos pela reabertura das cidades e pelo fim do isolamento; a insuficiência das medidas de proteção aos trabalhadores ante a pandemia. Esses e outros fatores influenciaram sem dúvida o crescimento das teorias negacionistas, fazendo coro ao apelo de parte da população por uma ‘volta à normalidade’.

Algumas vezes tais teorias apareciam munidas inclusive do discurso científico. É preciso observar que o negacionismo da pandemia no Brasil tomou proporções tão grandes que se tornou presente até mesmo entre alguns médicos. Destacamos o caso da médica Nise Yamaguchi, que ganhou visibilidade

ao defender o uso da cloroquina. Em entrevista à TV Brasil, a médica comparou o medo provocado pela pandemia da Covid-19 à postura das vítimas do holocausto nazista: “O medo é prejudicial para tudo. [...] Você acha que alguns poucos militares nazistas conseguiriam controlar aquela massa de rebanho de judeus famintos, se não os submetessem diariamente a humilhações”.⁴ Em um pequeno trecho, a médica une o negacionismo da pandemia a comentários racistas contra os judeus, reproduzindo ainda certa tendência a culpabilizá-los e tratá-los como ‘massa de rebanho’ – um expediente a que também recorrem os negacionistas do holocausto.

Ainda que se apresentem como vozes contra o *establishment*, os negacionistas se apoiam muitas vezes nos valores mais conservadores da sociedade. Marcos Napolitano argumenta que a consolidação do negacionismo nos tempos atuais está diretamente relacionada ao crescimento da extrema-direita no mundo:

Retornam principalmente os setores fundamentalistas, setores de extrema direita e setores que rejeitam a narrativa de que o Ocidente é vocacionado para a democracia, inclusão e liberdade. Existem várias falácias nisso, mas era um discurso que as elites ocidentais mantinham (Raffs, 2019).

Em sentido semelhante, Bruno Latour (2020a) afirma que o negacionismo cresceu porque as classes dirigentes teriam concluído que não haveria mais mundo para todos. Assim, em vez de dirigir o planeta, passam a querer se abrigar ‘fora dele’, abandonando a ideia moderna de que a história poderia seguir rumo a um ‘horizonte comum’ no qual ‘todos os homens’ prosperariam igualmente. Diante da constatação de que não há mundo para todos, as elites abandonaram qualquer perspectiva comum e passaram a mentir descaradamente para se proteger, demarcando ainda mais as fronteiras. O autor afirma ainda que, diante do colapso ecológico e da pandemia da Covid-19, são os mesmos atores que têm as mesmas reações: “Isso não vai acontecer conosco porque nós vamos para outro lugar. Nós vamos para outra Terra” (Onde aterrar?..., 2020).

No caso da pandemia da Covid-19, a extrema-direita reproduz explicitamente essa lógica ao afirmar que “cada família deve cuidar de seus idosos”,⁵ desconsiderando que os cuidados em saúde se dão com base em um mundo compartilhado. Ao negar a gravidade da pandemia, a extrema-direita minimiza a importância crucial das políticas públicas nesse momento, eximindo o Estado de investir na saúde pública. O negacionismo passa a ter uma expressão nunca antes vista na história, ganhando mais força inclusive no âmbito das próprias políticas públicas. A consequência mais perversa dessa equação é a intensificação de uma política de morte voltada para grupos mais vulnerabilizados.

O negacionismo no Brasil surge junto de “um desejo de morte e de extermínio, a um só tempo, do sentido e de qualquer forma de alteridade, que é a mola mesmo do fascismo” (Danowski, 2018, p. 7). Podemos dizer que o discurso negacionista se articula com o que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) chamou de necropolítica. Ao negar a gravidade da pandemia e, conseqüentemente, os cuidados quanto a ela, intensificou-se a ‘política de morte’, descrita por Mbembe, voltada contra aqueles que sofrem com a precarização das suas vidas – negros, pobres, idosos, povos indígenas, mulheres. Essas populações seriam, portanto, um contingente de corpos descartáveis dentro da lógica do sacrifício inerente ao neoliberalismo, também chamado pelo autor de necroliberalismo.

Mas como esse fenômeno tão cruel estaria ganhando tanta força hoje? Neste artigo, destrinchamos o negacionismo da pandemia na tentativa de entender seu crescimento contemporâneo. Uma de nossas hipóteses é de que há uma “crise de interpretação”,⁶ para usar o termo de Valla (1996), por parte de muitos defensores da ciência que associam a popularização do negacionismo à simples ignorância ou ‘déficit de conhecimento’ (Latour, 2020a). Buscaremos ir além dessa interpretação, procurando conhecer e problematizar o fenômeno do negacionismo na sua complexidade. Como dito por Paulo Freire (1979, p. 16), “eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la”. Em seguida, apontamos as ações educativas em saúde que têm por referência a educação popular em

saúde como estratégias importantes para o enfrentamento de tal fenômeno. Por fim, compreendendo que a educação popular tem nos movimentos sociais sua renovação teórica mais fecunda (Paludo, 2005), apresentamos como os movimentos de favela têm enfrentado o negacionismo.

Por que cresce o negacionismo?

Como já mencionamos, há pessoas e grupos financiados para disseminar narrativas negacionistas, que aqui chamaremos de ‘negacionistas profissionais’. Estes sabem que estão mentindo e seguem intencionalmente produzindo confusão, disseminando fatos falsos para tentar substituir aquilo que estão negando. Os ‘negacionistas profissionais’ e aqueles que os financiam são em grande parte responsáveis pela política de morte em curso hoje.

Ademais, precisamos questionar o que faz com que outras pessoas, que não recebem nenhum financiamento, mas sofrem as consequências dessa política de morte, acreditem em ideias tão duvidosas e nocivas. Há sem dúvidas casos e casos, e diferentes níveis desse fenômeno tão complexo. A psicanálise aponta para mecanismos de defesa do psiquismo baseados na negação e distorção de uma realidade indesejável e dolorosa que o sujeito não está preparado para suportar (Freud, 2014). Diante de uma realidade tão dura quanto o colapso climático ou uma pandemia, entrar em negação pode ser uma reação mais ou menos comum.

Esses mecanismos operam em diferentes realidades sociais e, conseqüentemente, se agenciam com as distintas posições que os sujeitos ocupam nessas realidades. Grada Kilomba (2019) aponta como os mecanismos da recusa e da negação funcionam na reprodução do racismo, operando de diferentes maneiras entre negros e brancos. Um sujeito branco, por exemplo, distorce a formulação ‘Nós somos racistas’, projetando seu próprio racismo sobre os ‘Outros’ por meio da sentença ‘Eles são racistas’. Como forma de diminuir o choque emocional e a tristeza provocados pela violência racista, o sujeito negro diria “eu nunca experienciei racismo” (Kilomba, 2019, p. 178). Desse modo, os mecanismos psíquicos que ajudam a reproduzir a máscara do silenciamento da branquitude operam de forma diferente entre os que oprimem e os que são oprimidos.

Tal divisão nos remete à diferenciação entre vítimas, perpetradores e espectadores apontada por Déborah Danowski (2020) em relação à negação do holocausto e à crise ambiental. Sobre esta última, a autora explica:

você tem as vítimas da crise ecológica, começando com os animais e as plantas [...] e evidentemente há as vítimas humanas, porque o colapso ecológico vai atingir todo mundo, embora, em primeiro lugar e mais fortemente, as pessoas mais pobres, as mesmas que estão morrendo mais devido ao coronavírus, não é? Então temos as vítimas, os perpetradores, que nesse caso podem ser as grandes empresas [...] E temos os espectadores, que somos todos nós no fim das contas, porque somos ao mesmo tempo vítimas e espectadores – quando não somos perpetradores.

A autora argumenta que essas são três maneiras de ‘não ver’ o que está acontecendo. Diferentes posições também aparecem no negacionismo da pandemia da Covid-19. Podemos dizer que parte considerável da população está envolvida em algum nível de negacionismo, depositando esperanças em um suposto remédio milagroso, negando o perigo da doença ou negando também o fundo do problema: a relação danosa dos homens com o planeta que pode continuar produzindo epidemias e outras destruições. É preciso, entretanto, diferenciar as posições envolvidas.

Há aqueles que negam visando ao lucro, mediante um desejo de morte e extermínio, e os que entram em negação diante de uma realidade tão dura de que são vítimas. Os governantes empenhados em negar a gravidade da doença, que sabem das consequências nocivas dos seus atos, ocupam uma posição

distinta daquela de um trabalhador informal, por exemplo, que não tem condições de colocar em prática o isolamento e acaba minimizando os perigos da doença. São diferentes maneiras de ‘não ver’ o que está acontecendo, que trazem efeitos distintos. E também muitas variações dessas posições.

O fato é que sejam quais forem as posições, as pessoas não são necessariamente enganadas pelos ‘negacionistas profissionais’. Há o conforto emocional possibilitado por compartilhar narrativas e notícias que, mesmo que irreais, desqualificam valores opostos aos seus. Elas favorecem o combate contra grupos tidos como inimigos (chineses, feministas, comunistas e *gays*, para usar alguns exemplos comuns) ao mesmo tempo que reforçam os valores de determinado grupo, ao qual dão uma sensação de pertencimento. Nesse emaranhado, não podemos subestimar o crescimento das religiões neopentecostais e sua relação com o crescimento do negacionismo. Esse é um tema caro que merece ser aprofundado em outras pesquisas (Valla, 2002)⁷.

Ernesto Perini (2019) destaca ainda outra motivação legítima para a popularização do negacionismo: o desejo de participar, de produzir as próprias teorias, o próprio conhecimento.⁸ Essa constatação, ainda que controversa, aponta para um fator relevante: não podemos ignorar o modo como as ciências se constituem na relação com a população. Não podemos desconsiderar que o elitismo e o colonialismo presentes na constituição das ciências modernas são fatores que colaboram para distanciar e gerar desconfiança em parte da população.

Para trazer um exemplo da área da saúde, mencionamos a Revolta da Vacina em 1904 no Rio de Janeiro. Mais do que um episódio ‘precursor’ do negacionismo, tal acontecimento demonstra como as políticas de saúde são distantes das classes populares, excluídas tanto de condições de vida dignas quanto do debate sobre os cuidados com seus corpos. Como argumenta Lilia Moritz Schwarcz (2020):

Seu grupo [de Oswaldo Cruz] criou uma vacina, mas o governo não se dedicou a explicar à população por que a vacinação era necessária. O povo não estava acostumado a abrir a casa para um agente de saúde [...] Além disso, o clima social era de muita tensão. As pessoas esperavam inclusão social da República, mas receberam exclusão. A revolta mostrou que era preciso lidar com o povo, e elevou a importância do especialista de saúde.

Hoje, mais de um século depois, ainda podemos identificar muitos dos fatores que geraram a Revolta da Vacina. Tal constatação nos faz questionar as concepções de educação em saúde que estão em jogo nas políticas de saúde ainda hoje diante da pandemia – voltaremos a esse ponto. Por outro lado, é importante também apontar as diferenças do tempo presente, em que a atuação dos ‘negacionistas profissionais’, o crescimento da extrema-direita e todo o aparato tecnológico envolvido na difusão de mensagens falsas têm um papel fundamental e mostram que o fenômeno do negacionismo vai muito além de ser um simples reflexo do autoritarismo científico.

Segundo Bruno Latour (2020a), os conhecimentos, mesmo os cientificamente comprovados, só ganham corpo quando existe uma cultura comum, uma vida pública, instituições e imprensa minimamente confiáveis. Para o autor, tais práticas estariam em crise no âmbito do que se convencionou chamar de ‘Ocidente’. Essa crise se instaura da década de 1980 em diante, quando, diante do colapso ecológico, as classes dirigentes, os ‘perpetradores’, chegam à conclusão de que não há mais lugar suficiente para todos na Terra, abandonando qualquer ideário mesmo longínquo de solidariedade e a própria ideologia de um planeta comum. Entretanto, tal abandono não poderia ser explicitado. Seria preciso, então, negar o conhecimento científico sobre a questão climática – e, poderíamos acrescentar, negar também os conhecimentos científicos sobre novas ameaças advindas do colapso climático, como a pandemia de Covid-19. A intensificação dos ‘negacionistas profissionais’ nas últimas décadas está sem dúvida relacionada a esse processo.

Latour (2020a) argumenta ainda que esse cenário tem como sintoma a explosão das desigualdades e a fratura de um mundo compartilhado que, com todas as suas contradições, possibilitava ainda

algum solo comum. Tal questão ajudaria a explicar também a popularização do negacionismo entre ‘vítimas’ e ‘espectadores’. Atualmente, os que acreditam nas *fake news* e compartilham do negacionismo vivem em um mundo separado daqueles que os criticam. O autor argumenta: “antes, por mais que não fosse um mundo totalmente comum, podíamos concordar em discordar. Essa situação não existe mais, estamos em guerra” (Onde aterrar?... , 2020). O fundo dessa guerra não seria, conseqüentemente, um ‘déficit de conhecimento’, mas sim um ‘déficit de prática comum’. Mais do que corrigir uma falha de pensamento, seria preciso, portanto, partilhar desafios comuns, vislumbrando um panorama a ser explorado conjuntamente.

Para que os conhecimentos científicos em relação à pandemia sejam incorporados às realidades cotidianas, é preciso que a população não apenas tenha ‘acesso à informação’, mas esteja engajada em uma vida coletiva que sustente esses conhecimentos. É preciso também que a ciência seja afetada pelos conhecimentos populares, considerando as realidades das classes populares, para não reproduzir apenas medidas higienistas. Como veremos, são muitos os desafios para esses caminhos.

Desafios da educação em saúde: com negacionista se discute?

A quantidade de energia necessária para refutar uma indagação estapafúrdia negacionista é de uma ordem de magnitude maior do que a necessária para produzi-la, argumenta Alexandre Costa (Negacionismo..., 2017). O autor defende a ideia de que não é possível entrar em um debate supostamente democrático com negacionistas profissionais: não se deve ter ilusões de que, apresentando evidências científicas e argumentos racionais, será possível convencê-los de que estão errados, já que os próprios não buscam ‘vencer o debate’, mas são ‘mercadores da dúvida’.

A lógica de ‘debate eleitoral’ defendida por muitos negacionistas, em que a liberdade de mentir sem apresentar provas é enorme e a *performance* se sobrepõe à honestidade intelectual, não pode ser transposta para os ambientes da ciência, que funciona por meio da revisão de pares, via literatura científica, diz o autor. Tampouco, poderíamos acrescentar, deveria ser transposta para orientar ações educativas ou políticas de saúde em relação a uma pandemia.

No livro *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire (2018) afirma que o diálogo só se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagonísticos. Muito se fala sobre a dimensão do diálogo na obra do importante pedagogo, mas há também a dimensão fundamental do conflito, já que diálogo e conflito se articulam como estratégias dos oprimidos. Na mesma obra, o autor afirma: “não é possível diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (Freire, 2018, p. 109). As palavras de Freire ganham uma atualidade vultosa ao percebermos que os ‘negacionistas profissionais’, com seus métodos escusos de confusão e silenciamento, buscam justamente a negação da pronúncia do mundo, sendo antagonísticos àqueles que querem pronunciá-lo. Enquanto o diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, modificando-o, entendemos que não há diálogo possível com ‘negacionistas profissionais’, não há construção de ‘espaço democrático’ possível.

O suposto ‘espaço democrático’ reivindicado algumas vezes no discurso negacionista é mais uma de suas falácias. Entretanto, quando os ‘negacionistas profissionais’ conseguem ganhar força entre a população, é preciso “dialogar com quem tem dúvida e isolar o fanatismo”, como afirma Alexandre Costa (Negacionismo..., 2017). É fundamental, então, a outra face da estratégia dos oprimidos: o diálogo. Sobre isso, afirma Freire: “a Pedagogia do Conflito não pode prescindir do diálogo, do diálogo entre os iguais e os diferentes que participam da luta, ou do grito, para botar abaixo o poder que nega a palavra” (Freire, Gadotti e Guimarães, 1986, p. 93). Nesse sentido, destacamos que as ações educativas em saúde colocadas em prática por diferentes atores, como profissionais de saúde, movimentos sociais e professores, podem ter um papel fundamental, dialogando com iguais e diferentes. É preciso

encontrar caminhos que, retomando uma analogia já utilizada, possam isolar os perpetradores, tirar os espectadores do lugar de conforto e apoiar as vítimas.

Além disso, é preciso reiterar que os conhecimentos científicos têm ganhado uma centralidade fundamental na pandemia da Covid-19. As ações de enfrentamento à pandemia que vêm ganhando maior visibilidade estão centradas na assistência médica de pessoas infectadas, quase sempre em serviços hospitalares de emergência e urgência. Essas ações são realmente fundamentais, mas também existe todo um trabalho menos conhecido que busca atuar justamente antes do adoecimento da população.

Tal trabalho, educativo e de mobilização, envolve uma parte do Sistema Único de Saúde (SUS)⁹ e conta sobretudo com o trabalho dos agentes comunitários de saúde, além de importantes setores da sociedade, como lideranças comunitárias, movimentos sociais, comunidades escolares e universidades públicas.

Essas ações educativas favorecem a transformação dos conhecimentos científicos em cultura, prática e realidade das pessoas, assim como ajudam a trazer os questionamentos feitos com base em diferentes realidades e saberes populares para a própria ciência. Elas podem atuar no âmago do ‘déficit de prática comum’, de que fala Latour (2020a), apoiando o engajamento da população nas transformações da sociedade possibilitadas pelos conhecimentos científicos e pela mobilização popular.

Entretanto, é preciso questionar se essas práticas educativas estão de fato dialogando ou simplesmente afastam a população. Como os conhecimentos científicos – especialmente os cuidados em saúde necessários para enfrentar a pandemia – têm sido apropriados ou não nas diferentes realidades da população – nas favelas, com os povos indígenas, entre outras populações rurais?

Se a Revolta da Vacina é um exemplo histórico do distanciamento entre as políticas de saúde e a população, as políticas de saúde que se desenvolveram posteriormente passaram a ter a educação como um pilar. No entanto, por muitas vezes partiam de uma concepção educativa que mantinha uma relação autoritária com a população. Tal concepção, ainda muito presente nos dias de hoje, ficou conhecida como ‘educação sanitária’, tendo como foco o enfrentamento de epidemias de transmissão de ‘hábitos higiênicos’ de maneira autoritária para os indivíduos.

Essa educação se constitui como uma forma de controle e ordenamento social, partindo do pressuposto de que a ignorância é a principal causa das doenças (Nespoli, 2016). A educação sanitária desconsidera as condições sociais e ambientais em que as pessoas estão envolvidas e acaba culpabilizando as classes populares por não conseguirem colocar em prática determinados hábitos. No momento atual, por considerar o combate ao vírus uma questão de hábito individual, essa estratégia termina por afastar aqueles que não têm condições de praticar todos os cuidados.

Recentemente, escutamos um trabalhador informal afirmar que desconsiderava os cuidados em saúde recomendados porque a Covid-19 era ‘doença de rico’. O afastamento criado pode abrir espaço para o negacionismo entre a população: ao perceber que o conhecimento científico traz indicações que não cabem à minha realidade, procuro outras referências, aprofundando ainda mais o ‘déficit de práticas comuns’. Os ‘negacionistas profissionais’ fazem uso desse tipo de fato para introduzir confusão articulada com vistas ao silenciamento, por exemplo, da reivindicação de direitos como água, saneamento e sabão em populações vulnerabilizadas.

Sabemos, entretanto, que existem outras concepções de educação em saúde que se contrapõem à educação sanitária. Uma delas é a educação popular em saúde, que ganhou relevância histórica no Brasil e influenciou o próprio surgimento do SUS (Vasconcelos, 2017). São muitos os trabalhos e iniciativas que, tendo como importante referência a obra de Paulo Freire, desenvolveram os princípios da educação popular em saúde nas últimas décadas: diálogo, emancipação, respeito aos saberes populares, compromisso com um projeto de transformação social popular e democrático.

Tal concepção possibilita que os conhecimentos científicos possam ser traduzidos, pensados e problematizados mediante as diferentes realidades e serve como uma forma de combater o negacionismo, pois atua justamente na tentativa de superar o distanciamento entre as políticas de saúde e as diferentes realidades da população. Como aprofundaremos em seguida, existem diversas iniciativas comunitárias

em curso hoje ligadas à educação popular em saúde: mutirões, gabinetes de crise, comunicação comunitária e comitês populares de saúde (Ribeiro, 2020).

Sabemos que essa concepção, com todas as suas potencialidades, encontra novos desafios: como questionar o cientificismo diante do crescimento do negacionismo? Como valorizar os saberes populares diante dos ataques conservadores à ciência? Não são questões fáceis, mas o fato é que, se consideramos que o crescimento do negacionismo não se baseia em nenhum ‘déficit de conhecimento’, é preciso que o trabalho de educação em saúde não parta de princípios como a ignorância da população, nem trate a ciência como um conhecimento superior, desqualificando os conhecimentos de outros povos e os ‘saberes de experiência feito’ (Freire, 2001).

Há algo do conhecimento da população que deve fazer parte do trabalho educativo em saúde e vice-versa. Esse ‘algo’ pode ser inclusive conhecer e problematizar o modo como se disseminam os discursos negacionistas atuais e criar estratégias que articulem conflito e diálogo para transformá-los. Por isso, dar sentido ao debate político, desfazer confusões, nomeando concretamente os movimentos e palavras, buscando ‘pronunciar’ o mundo, nos parecem desafios fundamentais.

Ademais, se o crescimento do negacionismo se assenta no ‘déficit de práticas comuns’, é preciso retomar a concepção de diálogo freiriana (Freire, Gadotti e Guimarães, 1986), em que o diálogo é entendido não como um simples ato de troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Nesse sentido, ao conceber o diálogo não como palavreado ocioso, mas como ação-reflexão transformadora do mundo, ajudando a constituir redes de apoio mútuo, a educação popular parece trazer contribuições para ajudar a sanar a ausência de mundo compartilhado de que fala Latour. Buscaremos, então, discutir como movimentos de favela em resistência e suas ações vinculadas à educação popular têm enfrentado o problema do negacionismo.

Os movimentos de favelas na pandemia

Desde o início da pandemia no Brasil, movimentos populares dos mais diferentes contextos urbanos e rurais vêm promovendo iniciativas coletivas para enfrentar a disseminação da Covid-19 nos seus territórios. Por estarmos envolvidos em uma dessas iniciativas ligadas ao Pré-Vestibular Comunitário Machado de Assis, no Morro da Providência, favela na área central do Rio de Janeiro, discutiremos um pouco mais como tem se dado a organização dos movimentos de favela no Rio de Janeiro. Temos como referência também os documentos produzidos pelos coletivos de comunicação comunitária na Maré, uma das primeiras favelas do Rio a se mobilizar durante a pandemia, iniciando a campanha chamada ‘Coronavírus nas favelas’.

No Morro da Providência, foi criado um ‘gabinete de crise’ reunindo diversos coletivos da favela organizando mutirões de comunicação comunitária, fundamentado no diálogo com os moradores sobre os cuidados em saúde, mapeando também qual era a situação de saúde das famílias. Além disso, o Pré-Vestibular se uniu à comunidade escolar da região organizando distribuição de cestas básicas e máscaras, mobilizando estudantes e familiares. Tais ações se deram num contexto de extrema desigualdade e violência que atravessa a cidade.

O Rio de Janeiro é a cidade no Brasil onde há mais pessoas vivendo em favelas. O *Boletim Observatório Covid-19*, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), aponta como, apesar da subnotificação e dos limites na produção de informações nas favelas, é possível observar uma periferização da pandemia. Por conta das características sociais e ambientais das favelas, a ocorrência da Covid-19, a gravidade dos casos e a letalidade da doença apresentam maior magnitude (Fundação Oswaldo Cruz, 2020, p. 17). A habitação nas favelas é de uma densidade demográfica muito maior do que em outras áreas da cidade, o que dificulta bastante as medidas de distanciamento físico recomendadas no momento. Outros fatores como a dificuldade de acesso à água, de acesso à saúde e as condições de trabalho também devem ser considerados.

Sobre isso, questiona-se Gizele Martins, comunicadora popular da Favela da Maré: “Como implorar para que este trabalhador, porteiro, faxineiro, ambulante, camelô, empregada doméstica, entregador, fique em casa, se a gente na favela come quando tem dinheiro, ou seja, quando trabalha?” (Martins, 2020). Grande parte dos trabalhadores deve se expor ao vírus em transportes públicos e mesmo nos seus ambientes de trabalho.

A crítica trazida por Gizele Martins e pelos coletivos de comunicação da Maré é justamente uma crítica à concepção hegemônica da educação sanitária que acaba sendo elitista e excludente, pois não considera as condições de vida dos moradores de favela. Diante disso, em consonância com a proposta da educação popular, o movimento comunitário na Maré se organiza por meio de uma série de ações que buscam pensar os cuidados em saúde com base na realidade da favela:

Por isso, precisamos falar, informar, comunicar a todos os públicos da nossa favela sobre os cuidados de acordo com a nossa realidade. Já iniciamos as ações do nosso plano de comunicação: gravamos áudios para as rádios postes e rádios comunitárias, alugamos carros de som para circular nas ruas, imprimimos e distribuimos cartazes em igrejas, bares, todo o comércio, associações e instituições, produzimos faixas em locais de grande circulação, além de cards e vídeos com profissionais de saúde local para as redes sociais (Maré Vive; Maré 0800; Amarévê, 2020).

Tal preocupação acaba desestabilizando a concepção hegemônica de saúde que parte do pressuposto de que a saúde – e, principalmente, a doença – é um fenômeno exclusivamente biológico que ocorre na interação do ser humano com a natureza. Na perspectiva da educação popular, a saúde e a própria biologia são fenômenos vitais que não podem ser compreendidos fora da trama histórico-social, cultural e política:

E não se diga que, se sou professor de Biologia, não posso me alongar em considerações outras, que devo apenas ensinar Biologia, como se o fenômeno vital pudesse ser compreendido fora da trama histórico-social, cultural e política. Como se a vida, a pura vida pudesse ser vivida de maneira igual em todas as suas dimensões na favela, no cortiço ou numa zona feliz dos “Jardins” de São Paulo. Se sou professor de Biologia, obviamente, devo ensinar Biologia, mas ao fazê-lo, não posso seccioná-la daquela trama (Freire, 1992, p. 74).

Essas observações dirigidas aos professores de Biologia servem perfeitamente aos educadores em saúde e são colocadas em prática pelos movimentos de favelas. Nesse sentido, não se trata de ‘desconstruir’ ou ‘relativizar’ os importantes cuidados em saúde tão importantes no momento, mas acrescentar realidade a eles considerando sua relação com as condições de vida da população. Como dito por Latour (2020b), diante do negacionismo, mais do que desconstruir os fatos científicos, é preciso ter uma ‘atitude teimosamente realista’, não retirar a força dos fatos, mas se aproximar deles, acrescentando ainda mais realidade.

Já discutimos como é fundamental que as condições de vida sejam levadas em conta no trabalho educativo em saúde realizado durante a pandemia. Gostaríamos de ir além abordando como o problema do negacionismo se relaciona com as condições de vida extremamente desiguais. Destacamos uma frase dita por um morador do Morro da Providência ao justificar que seguiria trabalhando como camelô durante a pandemia: “É melhor morrer de vírus do que morrer de fome”. Vemos como não se trata de reproduzir posturas negacionistas por uma questão de ‘ignorância’; esse morador conhece muito bem as suas condições de vida e sabe que se não continuar a trabalhar poderá adoecer antes mesmo

de ser infectado pela Covid-19. Percebemos como a política negacionista colocada em prática pelos ‘perpetradores’ que nega as políticas públicas necessárias para enfrentar a pandemia, o que inclui negar condições para que os trabalhadores possam colocar em prática os cuidados necessários, faz desse morador uma vítima do negacionismo e não um perpetrador. Confundir tais posições é reproduzir uma visão de ‘culpabilização das vítimas’ (Valla, 1992).

Destacamos também um acontecimento extremamente trágico e violento que marcou a mobilização no Morro da Providência: enquanto membros de coletivos de educação popular realizavam uma distribuição de cestas básicas para estudantes e seus familiares em frente à escola estadual da região, o jovem estudante Rodrigo Cerqueira, que iria receber uma das cestas, foi assassinado por uma operação policial que ocorreu ao lado do local da distribuição. Enquanto os movimentos buscam se organizar em ações de apoio mútuo, o Estado não apenas nega o acesso a condições dignas de vida como é perpetrador da ‘necropolítica’ em curso. A perda inestimável de um jovem estudante gerou muita comoção e revolta em todos os educadores envolvidos.

Enfrentando todo esse contexto de opressões, estigmas e violência, os movimentos de favelas têm demonstrado uma grande capacidade de organização. Victor Valla (1992) já chamava a atenção para como a extrema precariedade dos serviços de saúde, juntamente com a ameaça crescente à saúde da população provocada por epidemias e acidentes do meio ambiente, coloca em questão a própria validade do conceito de ‘participação popular’. Ele argumenta que o termo ‘participação popular’ estaria intrinsecamente relacionado ao ato de reivindicar e pressionar, o que pressupõe um Estado estruturalmente capaz de solucionar as ameaças à saúde da população.

Vemos como diante da pandemia nas favelas o Estado não apenas tem sido incapaz de solucionar as ameaças à saúde da população, como também segue reproduzindo uma ‘política de morte’ e negacionista para a grande maioria dos moradores de favela. Nesse contexto, as mobilizações populares têm ganhado uma importância ainda maior, indo além do que se convencionou chamar de ‘participação popular’. Segundo Victor Valla (1992, p. 39):

Diante da gravidade das reais condições de vida e trabalho da população, possivelmente torna-se necessário modificar a abordagem do que seria participação popular. Neste sentido, um termo como “defesa civil popular” seria um conceito mais adequado, pois indicaria uma iniciativa, uma ação própria da população civil, um movimento na direção da “defesa da própria vida”.

As iniciativas dos movimentos de favela são ações próprias da população na direção da ‘defesa da própria vida’, na medida em que enfrentam o âmago da ‘política de morte’ negacionista. No dia 7 de junho de 2020, movimentos de favela e movimentos negros realizaram uma manifestação no Centro do Rio de Janeiro com a seguinte palavra de ordem: “Nem de tiro, nem de Covid, nem de fome, o povo negro quer viver”. No chamado para a manifestação que buscava ampliar a solidariedade entre os movimentos e denunciar a ‘política de morte’ em curso, os movimentos destacaram:

Somos nós, movimentos de favelas e periferias, que estamos há três meses diminuindo os impactos do novo coronavírus nos nossos territórios e sofrendo com o aumento no número de mortos e infectados. Se não é pela Covid-19, querem nos matar pela bala ou pela fome (Associação dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro *et al*, 2020, p. 1).

Os movimentos têm apontado a importância do diálogo com a comunidade, considerando as condições de vida, mas também sabem a importância do conflito com os perpetradores da necropolítica. No mesmo chamado para a manifestação, os movimentos afirmam: “Derrotar o sistema racista significa

enfrentar a política genocida dos governantes, mesmo que isso signifique arriscar a nossa vida em meio a uma pandemia”. Carlos Brandão e Fernanda Paulo (2018), ao discutirem as aproximações entre a educação popular e a pesquisa participante, chamam a atenção para o fato de que os movimentos sociais populares são espaços de formação, portanto educativos. Os educadores populares dos movimentos de favelas têm trazido ensinamentos importantes nesse momento, caminhando entre o diálogo com as vítimas do negacionismo e o conflito com os perpetradores dessa política.

Considerações finais

Acreditamos que situar o negacionismo da pandemia dentro de um fenômeno mais amplo é fundamental para a ação dos educadores em saúde. Isso envolve destrinchar sua origem e sua relação com determinadas forças políticas, econômicas, com valores conservadores, com a necropolítica e, ainda, tratar dos motivos de sua popularização. São discussões em fase inicial que permitem compreender e problematizar o negacionismo e seu crescimento contemporâneo.

Discutir sobre as concepções educativas em jogo nesse processo, buscando fortalecer a educação popular em saúde, reconhecendo seus novos desafios e contribuições para o momento atual, é outro ponto que merece ser aprofundado. Tal perspectiva nos permite também aprender com os movimentos sociais que produzem ações-reflexões coletivas tão importantes. Quando o negacionismo acentua a ausência de um mundo compartilhado, o diálogo é fundamental. É preciso também enfrentar os antagonismos, perpetradores da necropolítica capitalista, empenhados em negar a vida das classes populares e do planeta.

Notas

¹ SAKAMOTO, Leonardo. Negacionistas do coronavírus acham que colapso funerário em Manaus é fake. UOL, 21 abr. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/04/21/negacionistas-do-coronavirus-acham-que-colapso-funerario-em-manaus-e-fake.htm>>. Acesso em: 15 set. 2020.

² JORNAL NACIONAL. Pesquisadores que testaram efeitos da cloroquina em pacientes da Covid-19 recebem ameaças. G1, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/17/pesquisadores-que-testaram-efeitos-da-cloroquina-em-pacientes-da-covid-19-recebem-ameacas.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2020.

³ URIBE, Gustavo; Chaib, Julia; Coletta, Ricardo Della. ‘Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar’, diz Bolsonaro sobre coronavírus. *Folha de S.Paulo*, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

⁴ G1SP. Hospital Albert Einstein afasta médica defensora da cloroquina após declaração sobre nazismo. G1, São Paulo, 11 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/11/hospital-achber-einstein-afasta-medica-defensora-da-cloroquina-apos-declaracao-sobre-nazismo.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2020.

⁵ BRASIL URGENTE. Bolsonaro defende uso da cloroquina em entrevista a Datena [vídeo]. 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4tp7JHUYWKs>>. Acesso em: 10 set. 2020.

⁶ Valla (1996) aponta uma crise de compreensão dos mediadores/profissionais de saúde em relação ao falar e o fazer dos seus interlocutores de classes populares.

⁷ Victor Valla (2002) traz pistas interessantes, ressaltando como, diante dos limites do sistema de saúde, os ritos pentecostais disseminam o sentimento de uma ‘vida plena’ a despeito de uma realidade de miséria e dificuldades.

⁸ O próprio autor indica os limites desse desejo: a especificação da ciência e a constituição da rede tecnológica.

⁹ Destacamos, nesse sentido, a importância de valorizar a atenção primária à saúde justamente pelo diálogo direto que estabelece com o território, dando grande capilaridade a suas ações.

Informações do artigo**Financiamento**

Não se aplica.

Aspectos éticos

Não se aplica.

CApresentação prévia

Não há.

Conflito de interesses

Não há.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DO RIO DE JANEIRO *et al.* [Manifesto da] II Marcha Antirracista Vidas Negras Importam. In: *Esquerda Diário*. [S. l.], 9 dez. 2020. Disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=36247. Acesso em: 26 out. 2020.

BRANDÃO, Carlos; PAULO, Fernanda. Pesquisa participante e a educação popular: luta e resistência a partir de Paulo Freire e de educadoras populares. *Revista Panorâmica On-Line*, Barra do Garças, v. 24, p. 256-268, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/viewFile/763/19191991>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

DANOWSKI, Déborah. “Não tem mais mundo pra todo mundo”, diz Deborah Danowski. [Entrevista cedida a] Marina Amaral. *A Pública*, São Paulo, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/nao-tem-mais-mundo-pra-todo-mundo-diz-deborah-danowski/2020>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DANOWSKI, Déborah. *Negacionismos*. São Paulo: N-1, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacyr; GUIMARAES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez, 1986.

FREUD, Sigmund. *A negação*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2014.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Boletim observatório covid-19 após 6 meses de pandemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19, Edição Oficial, [2020]. 22 p. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_6meses.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.

LATOUR, Bruno. Por que a crítica perdeu a força? de questões de fato a questões de interesse. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 46, p. 173-204, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32334/oqnfp.2020n46a748>. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/748>. Acesso em: 30 out. 2020b.

MARÉ VIVE; MARÉ 0800; AMARÉVÊ. *Complexo da Maré contra o Coronavírus*. Rio de Janeiro: Vakinha. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/complexo-da-mare-contra-o-coronavirus>. Acesso em: 9 nov. 2020.

MARTINS, Gisele. Coronavírus: pelo direito de lavar as mãos nas favelas. *Brasil de fato*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2020/03/19/artigo-coronavirus-pelo-direito-de-lavar-as-maos-nas-favelas>. Acesso em: 26 out. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

NEGACIONISMO: O Falso Galileo - Parte II: “Democracia” e Chantagem. *In: O que você faria se soubesse o que eu sei?* [S.l.], 13 nov. 2017. Disponível em: <http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/2017/11/negacionismo-o-falso-galileo-parte-ii.html?m=1>. Acesso em: 16 jul. 2020.

NESPOLI, Grasielle. Da educação sanitária à educação popular em saúde. *In: BORNSTEIN, Vera J. et al. (org.). Curso de aperfeiçoamento em educação popular em saúde: textos de apoio*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. p. 47-51.

ONDE aterrar? Conversa com Bruno Latour sobre colapso climático e pandemia. [S.l.: s.n.], 26 jun. 2020. 1 vídeo (79 min). Publicado pelo canal Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LinBG3Mk5Hg&feature=youtu.be>. Acesso em: 13 set. 2020.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Estados Unidos: Bloomsbury, 2011.

PALUDO, Conceição. *Educação popular e movimentos sociais*. Disponível em: <https://rest.formacontrolesocial.org.br/materials/conceicao-paludo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

PERINI, Ernesto. O que move as fake news e o negacionismo científico? [Entrevista cedida a] Marco Weissheimer. *Sul 21*, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-que-move-as-fake-news-e-negacionismo-cientifico/>. Acesso em: 10 set. 2020.

RAFFS, Laura. “Negar a violência do passado e do presente é um risco para a democracia”. *Jornal da USP*, São Paulo, 3 maio 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/negar-a-violencia-do-passado-e-do-presente-e-um-risco-para-a-democracia/>. Acesso em: 13 set. 2020.

RIBEIRO, Geraldo. Coronavírus: comunidades criam gabinetes de crise e usam funk para ajudar na prevenção. *Extra*, Rio de Janeiro, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/coronavirus-comunidades-criam-gabinetes-de-crise-usam-funk-para-ajudar-na-prevencao-24321336.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ROUSSO, Henry. *Le Syndrome de Vichy*. Paris: Points Seuil, 1990.

SCHWARCZ, Lilia M. ‘Pandemia não pode trazer autoritarismo. É um perigo’, alerta historiadora [Entrevista cedida a] Guilherme Amado. *Época*, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/pandemia-nao-pode-trazer-autoritarismo-um-perigo-alerta-historiadora-24352520>. Acesso em: 20 ago. 2020.

VALLA, Victor V. Popular. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 30-40, jan/mar. 1992.

VALLA, Victor V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 177-190, 1996.

VALLA, Victor V. Mediadores, saúde e religião em Educação Popular. *Cultura Vozes*, São Paulo, v. 5, p. 5-16, 2002.

VASCONCELOS, Eymard M. Redefinindo as práticas de saúde a partir da educação popular nos serviços de saúde. *In: VASCONCELOS, Eymard M. A saúde nas palavras e nos gestos*. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 19-33.